

PROPOSTA DE FISCALIZAÇÃO E CONTROLE Nº , DE 2004
(Do Sr. Deputado RAFAEL GUERRA)

Propõe que a Comissão de Seguridade Social e Família fiscalize o Governo Federal no que diz respeito à operação fiscal que, segundo o Governador do Estado do Mato Grosso do Sul – MS, vem sendo praticada em seu Estado, o que pode ter implicado na redução de verbas destinadas ao Sistema Único de Saúde - SUS.

Senhor Presidente,

Proponho a V. Exa., com base no art. 100, §1º, combinado com os arts. 60, inciso II, e 61 do Regimento Interno que a Comissão de Seguridade Social e Família fiscalize o Governo Federal no que diz respeito à operação fiscal que, segundo o Governador do Estado do Mato Grosso do Sul – MS, vem sendo praticada em seu Estado, o que pode ter implicado na redução de verbas destinadas ao Sistema Único de Saúde - Saúde.

Ocorre que no último dia 21 de junho, a TV Bandeirantes exibiu uma entrevista com o Governador do Estado do Mato Grosso do Sul, Zeca do PT. Durante o debate o Governador relatou uma pitoresca operação fiscal que vem sendo praticada por seu governo: contribuintes de ICMS, como a PETROBRÁS, ao invés de recolherem o imposto aos cofres do Tesouro local, como é feito normalmente em todo sistema tributário, estariam destinando o tributo devido diretamente para empreiteiros, fornecedores de obras do Estado, como forma para quitar obrigações do governo para com tal prestadora de serviços.

Contudo, os Estados no Brasil, têm uma obrigação legal de aplicar parcela dos tributos no Sistema Único de Saúde – SUS. Assim se o contribuinte paga diretamente o fornecedor do Estado e o recurso correspondente deixa de ser escriturado como receita no orçamento e em sua execução. Consequentemente, a parcela de 12% que deveria ser aplicada compulsoriamente em saúde, supostamente não teriam sido aplicadas.

JUSTIFICAÇÃO

A exposição do Governador do Estado do Mato Grosso do Sul, Zeca do PT, em um programa de televisão, revela uma operação fiscal no mínimo curiosa e que afeta diretamente a área da saúde, que já conta com recursos escassos. Sendo assim julgo ser fundamental que a Comissão de Seguridade Social, que é composta por representantes do povo especialistas na área da saúde, fiscalize os fatos para identificar e controlar eventuais irregularidades nesta operação fiscal e evitar desvios.

Sala das Sessões, em de de 2004

Deputado **RAFAEL GUERRA**

PSDB/MG